



A CARREIRA DOS DESVIANTES: AMBIÇÃO POLÍTICA E NÍVEL DE PROFISSIONALIZAÇÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

THE CAREER OF THE DEVIATES: AMBITION POLITICS AND LEVEL OF PROFESSIONALISM ON THE CHAMBER OF DEPUTIES

LA CARRERA DE LOS DESVIANTES: AMBICIÓN POLÍTICA Y NIVEL DE PROFESIONAL DE LA CÁMARA DE LOS DIPUTADOS

Albany Ferreira Lima¹
José Alexandre da Silva Júnior²
Ranulfo Paranhos³
Leonardo Rodrigues de Moraes⁴

Resumo: Qual o efeito do nível de profissionalização dos deputados federais sobre sua ambição política? Partindo do pressuposto teórico de que os deputados profissionais são aqueles que assumiram cargos e possuem mais tempo de experiência no partido e na Câmara dos Deputados, nosso objetivo é testar a hipótese de que quanto mais profissional é o deputado federal, maior é a chance de escolher ambição progressiva. Metodologicamente, sistematizamos um banco de dados original com informações sobre a carreira política dos parlamentares, tendo como variável dependente o tipo de ambição dos respectivos deputados federais. Utilizamos teste de associação qui-quadrado, comparação entre médias e um modelo de regressão logística. Os resultados indicam que os parlamentares mais ambiciosos parecem não se diferir dos demais quanto à experiência, seja dentro ou fora da Câmara dos Deputados. Portanto, o efeito esperado da profissionalização dos deputados federais sobre a ambição progressiva não pode ser verificado.

Palavras-chave: Ambição política; profissionalização política; Câmara dos Deputados.

Abstract: What is the effect of the level of professionalism of the federal deputies on their political ambition? Based on the theoretical assumption that professional deputies are those who have assumed positions and have more experience in the party and the Chamber of Deputies, our objective is to test the hypothesis that the more professional the federal deputy is the greater the chance to choose progressive ambition. Methodologically, we systematized an original database with information about the political career of the parliamentarians, having as dependent variable the type of ambition of the respective federal

¹ Mestre em Ciência Política pelo PPGCPRI - UFPB, graduado em Ciências Sociais pelo ICS – UFAL (albanyinformatica@gmail.com).

² Doutor em Ciência Política pela UFPE e professor do curso de Ciências Sociais no ICS – UFAL (jasjunior2007@yahoo.com.br).

³ Doutor em Ciência Política pela UFPE e professor do curso de Ciências Sociais no ICS – UFAL (ranulfoparanhos@me.com).

⁴ Mestrando em Ciência Política no PPGCPRI - UFPB, graduado em Ciências Sociais pelo ICS – UFAL (leonardordm@hotmail.com).

deputies. We used chi-square association test, comparison between means and a logistic regression model. The results indicate that the most ambitious parliamentarians do not seem to differ from the others in terms of experience, either inside or outside the Chamber of Deputies. Therefore, the expected effect of the professionalization of the federal deputies on the progressive ambition can not be verified.

Keywords: Political Ambition; Political Professionalization; Chamber of Deputies.

Resumen: ¿Cuál es el efecto del nivel de profesionalización de los diputados federales sobre su ambición política? A partir del supuesto teórico de que los diputados profesionales son aquellos que asumieron cargos y poseen más tiempo de experiencia en el partido y en la Cámara de Diputados, nuestro objetivo es probar la hipótesis de que cuanto más profesional es el diputado federal, mayor es la oportunidad de elegir ambición progresiva. Metodológicamente, sistematizamos un banco de datos original con informaciones sobre la carrera política de los parlamentarios, teniendo como variable dependiente el tipo de ambición de los respectivos diputados federales. Utilizamos prueba de asociación qui-cuadrado, comparación entre promedios y un modelo de regresión logística. Los resultados indican que los parlamentarios más ambiciosos parecen no diferir de los demás en cuanto a la experiencia, ya sea dentro o fuera de la Cámara de Diputados. Por lo tanto, el efecto esperado de la profesionalización de los diputados federales sobre la ambición progresiva no puede ser verificado.

Palabras clave: Ambición política; profesionalización política; Camara de los Diputados.

1 Introdução

Qual o efeito do nível de profissionalização dos deputados federais sobre sua ambição política? A ambição política diz respeito aos padrões de carreiras políticas, um dos primeiros estudos foi feito nos Estados Unidos da América por Joseph Schelsinger em 1966. As direções que um político pode seguir em sua carreira são basicamente quatro: (1) candidatar-se à reeleição (ambição estática); (2) candidatar-se para cargos inferiores ao seu (ambição regressiva); (3) candidatar-se para um cargo superior ao seu (ambição progressiva); e, (4) por motivos diversos, pode decidir não se candidatar a nenhum cargo.

De acordo com a literatura, a profissionalização do Legislativo oferece vantagens eleitorais aos *incumbents*, dificultando a entrada de *outsiders* dentro do Legislativo (CLAPP, 1962; POLSBY, 2008; POLSBY *et al.*, 1969). Seguindo esta linha de raciocínio, defende-se que a institucionalização está positivamente correlacionada com a profissionalização e negativamente associada à renovação parlamentar.

O Poder Legislativo no Brasil reúne baixa capacidade decisória e alta competitividade, logo, estas características reduzem seu poder atrativo (SANTOS, 2003). A centralização dos poderes de agenda pelos líderes partidários e pelo Poder Executivo reduz a capacidade de os parlamentares influenciarem o processo legislativo. Isto resultaria em uma renovação crônica e a consequente ausência de profissionalização dos parlamentares. As ondas de renovação, embora

sejam bastante robustas, não atingem os centros de comando da Casa (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012).

Segundo Santos (2003), a desigualdade de poder entre o Legislativo e o Executivo leva os parlamentares que ambicionam alcançar efetiva capacidade no processo decisório a se desinteressar pelo desenvolvimento de uma carreira no Legislativo. O poder decisório do Executivo se sobrepõe ao Legislativo, que se restringe a ratificar as ações do Executivo. Essa configuração torna a ambição política parlamentar enviesada para os cargos no Executivo (ambição progressiva).

Este artigo pretende contribuir testando a hipótese de que quanto mais profissional é o deputado federal, maior é a chance de escolher ambição progressiva. Para isso, montamos um banco de dados com uma amostra de 142 casos, contendo informações sobre escolha de carreira e experiência política e partidária dos deputados federais. A profissionalização dos parlamentares foi mensurada através do seu tempo de experiência no partido, sua experiência em cargos importantes no partido, a quantidade de mandatos exercidos na Câmara dos Deputados e sua experiência na ocupação de cargos de destaque na Casa. A ambição política foi classificada através da análise das escolhas de carreira dos parlamentares. Metodologicamente, serão utilizados teste de associação qui-quadrado, gráficos de comparação entre médias e modelo de regressão logística.

Este artigo está dividido da seguinte maneira: na seção 2, discutimos como a literatura classifica a ambição política e o que é a profissionalização do Legislativo e qual a relação entre eles; na seção 3, descreveremos os procedimentos metodológicos adotados neste artigo; em seguida, na seção 4, apresentaremos os resultados da pesquisa, descrevendo a correlação entre as variáveis e o modelo de regressão logística. Por fim, a nossa conclusão.

2 Ambição política e a profissionalização dos parlamentares

2.1 Ambição política

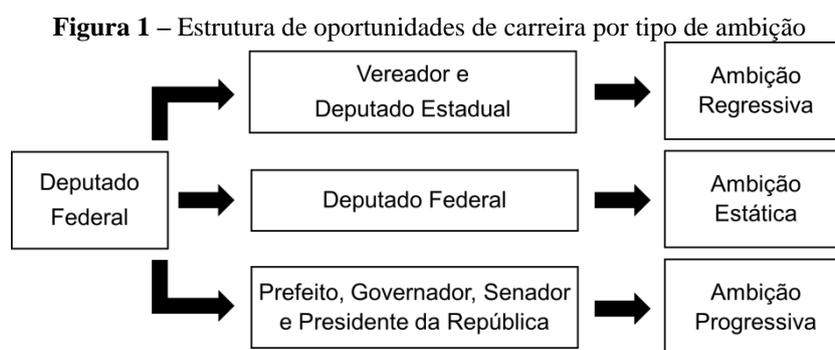
Ambition lies at the heart of politics. Politics thrive on the hope of preferment and the drive for office (SCHLESINGER, 1966, p. 1).

Os estudos sobre ambição iniciam-se com o seminal trabalho de Schlesinger (1966). Esse autor é um dos primeiros a incluir no tema da ambição política o exame da estrutura de oportunidades de carreira. Ele analisou a relação entre esta estrutura e variáveis como organização do partido e concorrência interpartidária. Considerando que todo o sistema político se organiza em torno dessa estrutura de oportunidades, o estudo das ambições de carreira permitiria um melhor entendimento das escolhas de carreiras políticas. Portanto, as estratégias de sobrevivência política são definidas a partir da ambição do político em relação aos cargos disponíveis na estrutura de oportunidades de carreira. Em vista disso, a estrutura só pode ser plenamente compreendida a partir do ponto de vista dos indivíduos, das características institucionais do

sistema político e das dinâmicas de competição para determinados cargos, tendo em vista suas competências e benefícios.

Seguindo a definição da literatura (SCHLESINGER, 1966; LEONI; PEREIRA; RENNÓ, 2003; ROHDE, 2012; PEREIRA; RENNÓ 2013), a ambição dos deputados federais pode ser: regressiva, quando o parlamentar se candidata a um cargo no Legislativo estadual ou municipal; estática, quando ele se candidata à reeleição; e progressiva, quando o deputado se candidata a cargos com acesso a melhores benefícios (salários, verbas, equipes maiores), como os cargos de Senador, Prefeito, Governador ou Presidente da República. Como última opção, o parlamentar pode não se candidatar.

Em nosso caso, obtivemos o tipo de ambição de cada parlamentar comparando o cargo exercido (deputado federal) com o cargo escolhido por ele nas eleições seguintes. Os parlamentares que não se candidataram são considerados como aposentados da disputa eleitoral, e os demais têm sua ambição classificada de acordo com o cargo escolhido. A Figura 1 ilustra a estrutura de oportunidades de carreira para os deputados federais.



Fonte: Elaboração própria

Segundo Black (1972), conforme aumentam os custos de conquista de um cargo, os benefícios derivados desse cargo devem crescer mais rapidamente do que os custos, de forma que o benefício adquirido das posições mais custosas seja maior do que o adquirido das posições menos custosas. Do contrário, o indivíduo racional não procuraria progredir na carreira para posições de maior custo.

No contexto norte-americano, o debate sobre a Teoria da Ambição Política se expandiu. Rohde (2012) e, posteriormente, Brace (1984) argumentam que a decisão de se candidatar é uma função da probabilidade de vitória, ganhos, custos e aversão ao risco. Foram sendo incorporadas ao debate variáveis que alteram estes quatro elementos. Primeiro, Froman (1967) argumenta que a *seniority* (antiguidade) legislativa torna outros cargos menos atrativos para os parlamentares. Já Riker e Ordeshook (1973) defendem que indivíduos com iguais estruturas de oportunidades assumem ambições distintas. Rohde (2012) afirma que o poder de decisão e execução dos cargos altera sua capacidade de atração. Stokes e Miller (1962), Ferejohn (1977) e Hinckley (1980) acreditam que ambição política é influenciada pela reputação que o deputado conseguiu construir

em suas bases. Para Jacobson (1981), a presença de *incumbent* (candidato que já é parlamentar) e/ou desafiante qualificados na disputa diminui a chance de vitória. Goodliffe (2001) e Carson (2005) apontam que a margem de vitória e a eficácia dos gastos de campanha em eleições passadas indicam a segurança eleitoral do parlamentar. Portanto, há um conjunto variado de elementos utilizados para investigar como os legisladores determinam a sua ambição.

Apenas sob pesadas críticas é possível afirmar que a reeleição é a principal meta dos parlamentares brasileiros (SANTOS, 1999; SAMUELS, 2000). A maior fonte de controvérsia é a desigualdade de poder entre o Legislativo e o Executivo. Segundo Santos (2003), este fato leva os políticos que ambicionam alcançar efetiva capacidade no processo decisório a se desinteressar pelo desenvolvimento de uma carreira direcionada para o parlamento. Esta relação se caracteriza por um aumento excessivo do poder decisório do Executivo. Por sua vez, o Legislativo se restringe a ratificar as ações deste último. Essa configuração torna a ambição política parlamentar enviesada para um cargo Executivo (ambição progressiva).

Adicionalmente, Samuels (2000) defende que o fenômeno a ser analisado no Brasil é a renovação e não a reeleição. Para ele, a Câmara dos Deputados não oferece grandes vantagens para os parlamentares. Dentre os desincentivos somam-se a baixa capacidade decisória e os poucos volumes de recursos, tornando o *incumbent* desmotivado (SAMUELS, 2003). O resultado é formação de um ciclo vicioso: o Legislativo não é atraente para os seus principais quadros e a renovação torna-o ainda mais frágil no processo de formulação de políticas públicas, o que gera baixa capacidade de atração.

Figura 2 – Ciclo Vicioso da Ambição



Fonte: Elaboração própria

Contrariamente, Leoni *et al.* (2004) e Pereira e Rennó (2003, 2001) defendem que, no Brasil, a taxa de deputados candidatos à reeleição é próxima à taxa de candidatura de deputados para qualquer outro cargo. Segundo estes autores, um dos fatores que explica este equilíbrio é o risco e o custo envolvido em uma carreira progressiva. Numa ambição estática, estes elementos são menores e a chance de vitória é maior. Inclusive, esse mesmo argumento sustenta que os recursos parlamentares, em especial o *pork-barrel*, são de fundamental importância para o sucesso

eleitoral e a escolha da carreira política (AMES, 1995; Pereira; Rennó, 2003). Portanto, a ambição política seria o resultado de um cálculo do parlamentar frente a sua estrutura de oportunidades.

Pereira e Rennó (2013) argumentam que a razão central para a busca da reeleição é o instinto de sobrevivência, ela é a melhor solução para tentar assegurar sua própria sobrevivência política (PEREIRA; RENNÓ, 2013). Ainda segundo Pereira e Rennó (2013), no Brasil, os benefícios são um tanto fixos para os deputados que buscam a reeleição. Eles são representados por vantagens relacionadas ao trabalho e influência sobre as decisões políticas. Já os custos podem ser medidos em termos de gastos de campanha, energia e vontade de se envolver na campanha e possíveis prejuízos gerados pelo rótulo de perdedor.

Para os cargos que representam um progresso na carreira, os *pay-offs* referem-se principalmente aos privilégios ligados à manutenção desses cargos: cargos de nível Executivo, em qualquer nível da Federação, oferecem os mais elevados benefícios. Por exemplo, cargos no Senado têm vantagens de financiamento mais elevado, equipe de assessoria e mandatos mais longos. Portanto, os benefícios associados oferecem sempre um incentivo a mais. O contrapeso é o risco maior envolvido na ambição progressiva. Em geral, os cargos para o Executivo envolvem disputas majoritárias, o que significa que apenas um candidato poderá vencer (NICOLAU, 2012). O que se espera é um acirramento da competição eleitoral e a elevação do custo da campanha.

Por outro lado, Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012), verificaram que existe uma tendência ao aumento da proporção de deputados que se rerepresentaram ao longo do tempo. Segundo eles, quanto maior proporção de *incumbents* que tentaram a reeleição (reapresentação), menor a chance de sucesso deles (conservação). Ou seja, a recandidatura no Brasil pode aumentar a concorrência entre *incumbents*, o que faz com que eles reduzam as chances uns dos outros.

2.2 Profissionalização dos parlamentares

De uma maneira geral, a mensuração da profissionalização legislativa tem sido feita a partir de três indicadores: a) salário do legislador; b) assessoria de pessoal para o legislador; e c) total de dias presentes em sessões parlamentares (SQUIRE, 1992). A partir deste índice, a profissionalização entre as Casas Legislativas pode ser comparada entre si. Squire (1992) observou que, ao longo dos anos, os deputados passaram a se dedicar integralmente ao Legislativo, tornando-se políticos profissionais.

Alguns autores argumentam que a profissionalização oferece vantagens eleitorais aos *incumbents*, dificultando a entrada de *outsiders* dentro do Legislativo (CLAPP, 1962; POLSBY, 2008; POLSBY *et al.*, 1969). Nessa linha de raciocínio, defende-se que a institucionalização está positivamente correlacionada com a profissionalização e negativamente associada à renovação parlamentar. Logo, tanto o grau de profissionalismo quanto o nível de renovação podem ser utilizados como indicadores de institucionalização (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012).

No Brasil, tornou-se banal afirmar que a Câmara de Deputados é constantemente atingida por fortes ondas de renovação. Por exemplo, Samuels (2003) descreve uma taxa média acima de 50%. Utilizando dados mais recentes, Pereira e Rennó (2007) sugerem uma renovação média de 32%. O resultado disso seria uma Câmara desprovida de incentivos institucionais para o desenvolvimento de um grau maior de profissionalização dos seus membros. Santos (2003, p. 138) constata que “hoje em dia, os legisladores com mais experiência, são aqueles que mais rapidamente deixam o Legislativo, procurando outros centros de poder”. Ou seja, o problema é que os deputados não estão dispostos a investir em suas carreiras parlamentares. Samuels (2000), por sua vez, explica as altas taxas de renovação a partir de dois elementos: *i*) a vulnerabilidade dos *incumbents* que concorrem à reeleição e *ii*) a concentração de poder no Executivo nos diferentes níveis de governo. Ambos os autores argumentam que os deputados brasileiros consideram o Poder Legislativo mais como um meio do que como um objetivo final para suas carreiras.

A renovação é vista pela literatura como um fenômeno que impede o desenvolvimento da profissionalização e da institucionalização do Poder Legislativo (SILVA JÚNIOR; FIGUEIREDO FILHO, 2012). O pressuposto é que os deputados necessitam de tempo na Casa para internalizar o *modus operandi* do Poder Legislativo e assim potencializar o aprendizado de suas funções, quer seja ela legislar ou fiscalizar o Poder Executivo (SQUIRE, 1998, 2007). Salvo exceções (BELL; PRICE, 1987; JEFFE, 1987), a grande maioria dos trabalhos constata uma correlação negativa entre os níveis de profissionalização do Poder Legislativo e as taxas de renovação no parlamento.

Nos Estados Unidos, onde há uma forte correlação positiva entre um elevado grau de profissionalização e uma maior taxa de reeleição, a profissionalização pode ser interpretada como um mecanismo institucional para tornar a vida dos legisladores mais estável e previsível, devido a possível consequência da curta duração de uma legislatura de dois anos. No Brasil, o fato de a maioria dos legisladores continuarem vencendo eleições sujeitas às regras em vigor parece incentivar a conservação do sistema de baixa performance de profissionalização e institucionalização do Legislativo. Nesse sentido, as altas taxas de reeleição parecem surtir um efeito negativo na profissionalização do Legislativo, delegando ao Executivo a capacidade de moldar políticas públicas (PEREIRA; RENNÓ, 2013; SANTOS, 2003).

Como se relacionam a ambição política e a profissionalização do Legislativo? Segundo Santos (2003), são duas as dimensões institucionais relevantes que condicionam o perfil das carreiras no Legislativo: a primeira é o grau de competitividade eleitoral e a segunda, o grau de influência do Legislativo na definição de agenda decisória. A fim de tornar a exposição mais clara, ele classificou ambos em alto e baixo. O Quadro 1, a seguir, reproduz o seu esquema.

Quadro 1 – Competitividade e Poder Decisório do Legislativo

		Poder Decisório	
		Alto	Baixo
Competitividade	Alta	1	2
	Baixa	3	4

Fonte: Santos (2003, pág. 131).

A decisão quanto a permanecer ou não na carreira parlamentar depende de um cálculo individual feito por cada parlamentar. Nele, os principais determinantes são o valor esperado do mandato e a expectativa de permanecer no parlamento. A capacidade da Câmara de reter os políticos na Casa relaciona-se positivamente com as oportunidades de intervir no processo decisório, ou seja, quanto maior o poder de agenda do Legislativo, maior será seu poder de retenção. Além disso, a disposição do deputado de se reapresentar ao eleitorado e adquirir um novo mandato depende do maior ou menor risco de perder a vaga para um desafiante na disputa eleitoral (SANTOS, 2003).

Portanto, é natural imaginar que o padrão de recrutamento e retenção de legisladores será diferente em cada uma das possibilidades expostas no Quadro 1. Santos (2003) exemplifica que se em determinado sistema político os legisladores se reelegem com uma relativa facilidade e o Legislativo define a agenda pública, então é provável que o parlamento seja ocupado por membros que desejam fortemente investir na carreira parlamentar. Essa combinação aparece no quadrante 3, que corresponde a uma baixa competitividade eleitoral e alto poder decisório do Legislativo. Se, por outro lado, a tarefa de obter novo mandato é difícil para os representantes e o Executivo possui enorme poder de agenda, anulando o Legislativo como *locus* decisório relevante, então é de se esperar um certo descompromisso dos membros para com a instituição legislativa. Isto aparece no quadrante 2, que corresponde a alta competitividade eleitoral e baixo poder decisório.

Como vimos, Samuels (2000) desenvolve um dos poucos estudos que tenta explicar a renovação na Câmara dos Deputados. Para ele, a ambição política progressiva dos parlamentares e a dinâmica da competição eleitoral explicam o fenômeno da renovação. Ou seja, os deputados brasileiros estariam sempre ambicionando ocupar um cargo no Poder Executivo. Adicionalmente, de acordo com Santos (2003), o Poder Legislativo reúne baixa capacidade decisória e alta competitividade, uma mistura que reduz seu poder atrativo. A centralização dos poderes de agenda pelos líderes partidários e pelo Poder Executivo reduz a capacidade de os parlamentares influenciarem o processo legislativo. O resultado é uma renovação crônica e a consequente ausência de profissionalização dos parlamentares. Cunow *et al.* (2012) demonstrou que os legisladores com perspectivas de carreiras mais longas, na verdade, foram menos propensos a apoiar qualquer fortalecimento do setor Legislativo. Ou seja, ambição estática levou a um Legislativo fraco, em vez de uma forma mais institucionalizada ou profissionalizada.

Contudo, dentro do Legislativo, existem determinados cargos que concedem um maior poder político a quem os ocupa. Silva Júnior e Figueiredo Filho (2012) constataram que as ondas de renovação, embora elas sejam bastante robustas, não atingem os centros de comando. No entanto, resta verificar em que medida a experiência dos parlamentares na ocupação de cargos no partido e na Câmara dos Deputados, bem como seu tempo de filiação partidária e a quantidade de legislaturas em que ele atuou na Casa são capazes de influenciar na escolha de carreira dos deputados federais.

A hipótese mais aceita pela literatura é que os parlamentares mais experientes não têm incentivos para permanecer no Legislativo (SAMUELS, 2000; SANTOS, 2003). Santos (2003), por exemplo, acredita que normalmente os parlamentares utilizam o Poder Legislativo como trampolim para cargos mais atrativos. Partindo da hipótese de que quanto mais profissional é o deputado federal maior é a chance de escolher ambição progressiva, esperamos que os deputados mais compromissados e experientes, seja no partido ou na Câmara dos Deputados, assumam uma ambição progressiva.

3 Metodologia

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos adotados. O objetivo é permitir a replicação dos resultados (KING, 1995; JANZ, 2015). Os dados que compõem o banco foram obtidos no repositório de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral – TSE e na biografia dos deputados, que pode ser consultada no site da Câmara dos Deputados.

A população que serviu de base para o cálculo corresponde aos 513 parlamentares da 54ª Legislatura da Câmara dos Deputados. O nível de confiança assumido é de 95% e erro amostral de 7%. Portanto, foi necessário compor uma amostra com 142 casos para aferir os resultados. A amostra foi composta pelo método de Amostragem Sistemática Aleatória⁵, com o objetivo de ser representativa e de não produzir viés.

O Quadro 2 descreve a estrutura de oportunidades e ambição política dos deputados federais:

Quadro 2 – Estrutura de oportunidades e ambição política dos deputados federais

Estrutura de oportunidades	Tipo de ambição dos deputados federais	Descrição da ambição
Vereador, Deputado Estadual	Regressiva	Ocorre quando o parlamentar se candidata a um cargo no legislativo estadual ou municipal

⁵ A Amostragem Sistemática Aleatória é obtida pela divisão do total da população (N) pelo total de elementos da amostra (m). ($N/m=X$). O resultado obtido X corresponde ao intervalo de seleção entre os elementos da amostra. Sorteia-se um valor entre 0 e X, que terá como resultado o número inicial da contagem. Assim sendo, inicia-se a contagem a partir do número sorteado, soma-se o intervalo da seleção X, o resultado corresponde ao segundo elemento da amostra. Este passo deve ser executado sucessivamente até completar a quantidade de casos necessário para compor a amostra (BARBETTA, 2014).

Estrutura de oportunidades	Tipo de ambição dos deputados federais	Descrição da ambição
Senador, Prefeito, Governador, e Presidente da República	Progressiva	Ocorre sempre que o deputado se candidata a cargos com acesso a melhores benefícios (salários, verbas, equipes maiores)
Deputado Federal	Estática	Ocorre quando o parlamentar se candidata à reeleição
Nenhum cargo	Aposentado	Ocorre quando o parlamentar não se candidata a nenhum cargo eletivo até o fim do mandato.

Fonte: Elaboração própria.

As ambições que importam para testar a hipótese deste trabalho são a progressiva e a estática. A finalidade é comparar os grupos de parlamentares. Para isso, a amostra foi dividida em duas, cada parte correspondente a parlamentares com um tipo de ambição. O objetivo disso é dar oportunidades iguais de manifestação das características dos grupos distintos de deputados. Caso a amostra fosse composta proporcionalmente ao tipo de ambição assumida, o grupo correspondente aos parlamentares com ambição estática seria aproximadamente 3,4 vezes maior que o grupo que assumiu ambição progressiva. Portanto, a possibilidade de ocorrer casos de parlamentares mais experientes, seja no partido ou na Câmara, por exemplo, seria maior.

O quadro abaixo descreve a composição da variável dependente.

Quadro 3 – Composição da variável dependente

Nomenclatura	Descrição	Valores	Mensuração
Tipo de ambição	Ambição Progressiva	Progressiva recebe valor 0	Dicotômica
	Ambição estática	Estática recebe valor 1	

Fonte: Elaboração própria.

Segundo Leoni, Pereira e Rennó (2003), pertencer a cargos de destaque na Câmara aumenta a probabilidade de concorrer à reeleição. Isso aconteceria porque estas posições aumentam as recompensas de quem ocupa estes postos. Além disso, segundo Mancuso *et al.* (2013), o sucesso na ambição estática está ligado à fidelidade partidária. Neste artigo, buscando novas variáveis que sejam capazes de medir a profissionalização, optamos por mensurá-la através da quantidade de mandatos exercidos na Câmara dos Deputados, da experiência na ocupação de cargos de destaque na Casa, do tempo de experiência no partido, da experiência em cargos importantes no partido, bem como verificando se o parlamentar mudou de partido após eleito para a Câmara. O objetivo é verificar se essas variáveis influenciam, de fato, na escolha de carreira dos parlamentares. O Quadro 4 descreve a composição das variáveis dependentes.

Quadro 4 – Composição das variáveis independentes

Nomenclatura	Descrição	Valores	Mensuração
Sucesso na eleição	Sucesso e fracasso nas candidaturas	Fracasso recebe valor 0, Sucesso recebe valor 1.	Categórica
Condição parlamentar	<i>Incumbent</i> ou desafiante	Desafiante recebe valor 0, <i>Incumbent</i> recebe valor 1.	Categórica
Experiência política	Cargo eletivo no Executivo	Não recebe valor 0, Sim recebe valor 1.	Categórica

Destaque na Câmara	Exerceu cargos de destaque ⁶ na Câmara	Não recebe valor 0, Sim recebe valor 1.	Catagórica
Antiguidade na Câmara	Número de mandatos exercidos na Câmara	Recebe o número de mandatos do parlamentar.	Discreta
Antiguidade partidária	Número de anos de filiação partidária	Recebe o número de anos de filiação partidária.	Discreta
Experiência no partido	Cargo na executiva do partido	Não recebe valor 0, Sim recebe valor 1.	Catagórica
Mudou de partido	Mudou de partido após eleito	Não recebe valor 0, Sim recebe valor 1.	Catagórica

Fonte: Elaboração própria.

Metodologicamente, o trabalho faz uso de técnicas de estatística descritiva e inferencial. Utilizamos teste de associação qui-quadrado, um método aplicado para testar a significância de associação entre duas variáveis, e também comparar duas ou mais amostras, quando os resultados da variável resposta estão dispostos em categorias (BARBETTA, 2014). Comparamos as médias através de gráficos de barra de erros. Por fim, para testar a principal hipótese do trabalho, estimamos um modelo de regressão logística, escolhido por ser adequado para analisar casos onde a variável dependente é dicotômica e as variáveis independentes podem ser de qualquer tipo: dicotômicas, ordinais, discretas ou contínuas (HAIR *et al.*, 2009).

4 Resultados

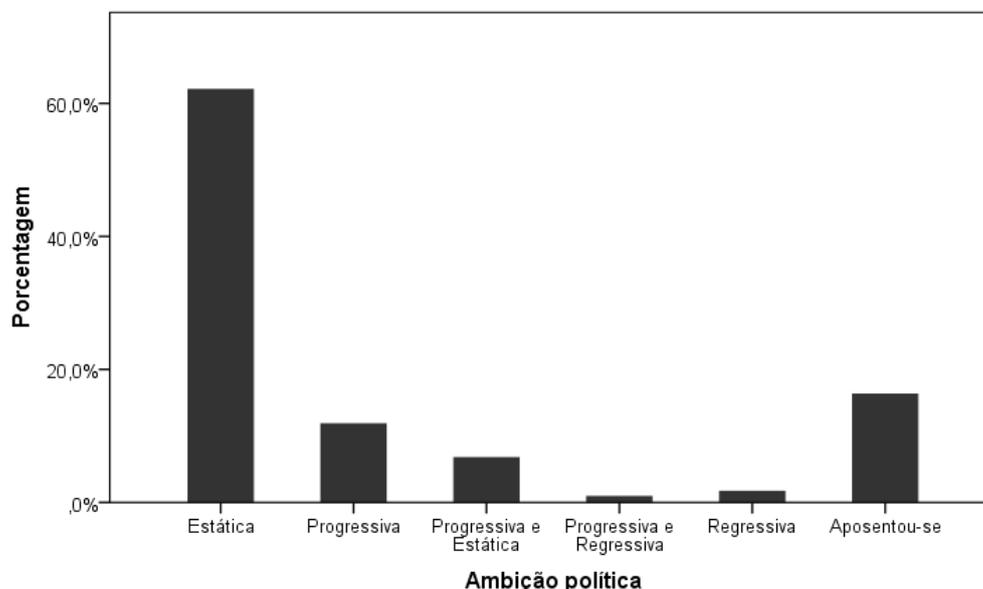
4.1 Ambição política dos deputados federais

Inicialmente, antes de compor a amostra, foi necessário analisar a ambição política dos parlamentares da 54ª Legislatura. Verificamos que existem parlamentares que foram classificados em dois tipos de ambição durante o mandato. Isso é possível porque, no meio do mandato de quatro anos da Câmara, o congressista pode se candidatar ao cargo de Prefeito ou Vereador. É mais comum que os parlamentares escolham se candidatar ao cargo de Prefeito, contudo, nem todos obtêm sucesso na candidatura, e podem voltar a seu mandato na Câmara. Ao fim do mandato, eles podem se candidatar novamente e têm acesso a quatro cargos: Deputado Estadual (ambição regressiva), Deputado Federal (ambição estática), Senador, Governador e Presidente da República (ambição progressiva).

O Gráfico 1 apresenta o tipo de ambição escolhida pelos deputados federais da 54ª Legislatura.

⁶ Consideramos como cargos de destaque os seguintes postos: Presidente da Câmara, Líder de Bancada, Presidente de Comissão, 1º Secretário Câmara, 1º Vice-presidente Câmara, 2º Vice-presidente Câmara, 2º Secretário.

Gráfico 1 – Escolha de carreira política dos deputados federais da 54ª Legislatura



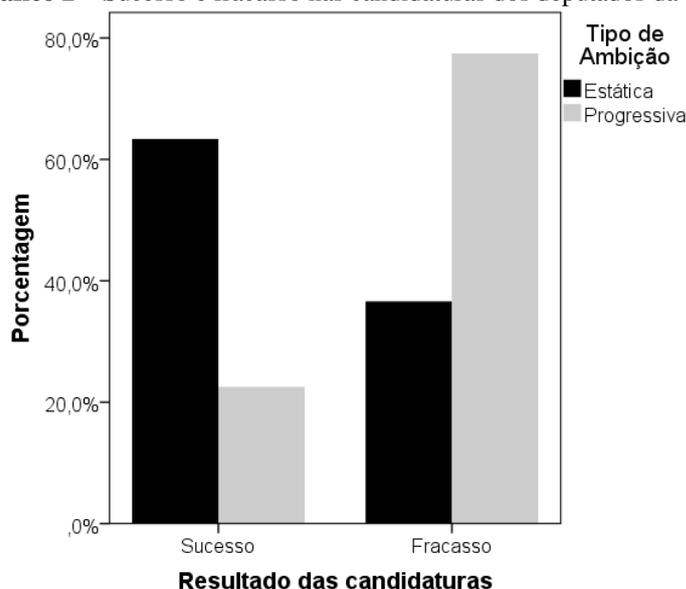
Fonte: Elaboração própria.

A maioria dos parlamentares (62,18%) cumpre seu mandato e se candidata à reeleição. O segundo maior número, 16,37%, é relativo aos parlamentares que se aposentaram da disputa eleitoral. Os parlamentares com ambição progressiva representam 11,89% dos casos. Os parlamentares com ambição regressiva, por sua vez, foram 1,75% dos casos. Entre os parlamentares que se candidataram para cargos que representam dois tipos de ambição distintas, temos uma taxa de 6,82% de parlamentares que se candidataram a ambição progressiva e estática, e 0,97% se candidatando tendo ambição progressiva e regressiva.

4.2 Sucesso e Fracasso na disputa para a Câmara de Deputados

Após classificar o tipo de ambição dos parlamentares, procedemos a amostragem dos 142 casos. Em nossa amostra, a taxa de sucesso nas candidaturas é maior entre os parlamentares que se candidatam à reeleição, se comparado aos parlamentares que buscaram cargos mais vantajosos. Consequentemente, a taxa de fracasso foi maior no grupo de parlamentares que tiveram ambição progressiva. Elaboramos o Gráfico 2 para ilustrar a taxa de sucesso e fracasso nas candidaturas dos parlamentares da amostra.

Gráfico 2 – Sucesso e fracasso nas candidaturas dos deputados da amostra.



Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 1 relaciona as candidaturas que obtiveram sucesso e fracasso na amostra com o tipo de ambição assumida pelos parlamentares. 63,40% dos candidatos que se recandidataram obtiveram sucesso na disputa, ao passo que apenas 22,50% dos candidatos que optaram pela ambição progressiva conseguiram alcançar o sucesso. A maioria das candidaturas, independentemente do tipo de ambição, fracassaram – este percentual é de 57%. Os resultados apontam para correlação estatística entre essas variáveis.

Tabela 1 – Ambição dos parlamentares x Sucesso e fracasso nas candidaturas

		Tipo de Ambição				Total	
		Estática		Progressiva			
Sucesso nas candidaturas	Não	26	36,60%	55	77,50%	81	57,00%
	Sim	45	63,40%	16	22,50%	61	43,00%
Total		71	100,00%	71	100,00%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 24,170, com contagem mínima esperada de 30,50, significância estatística de 0,000 e coeficiente de contingência de 0,381.

4.3 Análise da profissionalização dos parlamentares

A partir deste ponto, demonstra-se os resultados da análise de correlação das variáveis que compõem a profissionalização dos parlamentares. Para isso, utilizaremos o teste qui-quadrado. Duas características importantes para traçar o perfil profissional dos deputados são o exercício de cargo no partido e a experiência eletiva no Executivo.

A Tabela 2 apresenta o resultado da correlação.

Tabela 2: Cargo na executiva do partido x Cargo eletivo no Executivo

		Cargo eletivo no Executivo				Total	
		Não		Sim			
Cargo na executiva do partido	Não	23	24,00%	73	76,00%	96	100,00%
	Sim	3	6,50%	43	93,50%	46	100,00%
Total		26	18,30%	116	81,70%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 6,321, com contagem mínima esperada de 8,42, significância estatística de 0,012 e coeficiente de contingência de 0,206.

De acordo com os resultados, apenas 18,30% dos deputados são inexperientes, ou seja, não exerceram cargos eletivos fora da Câmara. Todavia, 67,61% (da amostra, 96 parlamentares) dos deputados nunca exerceram cargos no partido ao qual está filiado. O cruzamento das variáveis revela que 76% dos parlamentares que não exerceram cargo na comissão executiva do seu partido político tem experiência em outra arena, enquanto que 93,50% dos parlamentares que exerceram algum cargo em seu partido tem experiência eletiva. O teste qui-quadrado revela uma dependência estatística entre as duas variáveis. Além disso, é importante observar que apenas 43 (30,28% da amostra) deputados reúnem as duas características ao mesmo tempo, ou seja, fazem parte do grupo de mais profissionalizados sob esse aspecto. A Tabela seguinte complementa o quadro feito até aqui e apresenta o resultado do cruzamento entre a experiência política do parlamentar e a sua condição.

Tabela 3: Cargo eletivo no Executivo x Condição do parlamentar

		Condição do parlamentar				Total	
		Desafiante		<i>Incumbent</i>			
Cargo eletivo no Executivo	Não	25	96,20%	1 ⁷	3,80%	26	100,00%
	Sim	49	42,20%	67	57,80%	116	100,00%
Total		74	52,10%	68	47,90%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 24,738, com contagem mínima esperada de 12,45, significância estatística de 0,000 e coeficiente de contingência de 0,385.

A análise individual de cada variável já foi feita, portanto o destaque aqui vai para o cruzamento entre elas. Precisamente, entre os parlamentares que não possuem experiência eletiva, 96,20% são desafiantes e 3,80% são *incumbents*. O teste qui-quadrado aponta para dependência estatística entre as variáveis. Ao que parece, a experiência dos parlamentares influencia na entrada dos políticos na Casa. Seja como for, 67 (47,18%) deputados que compõem a amostra são experientes e *incumbents* simultaneamente.

A partir daqui, a análise das variáveis categóricas destaca o exercício de cargo na Câmara dos Deputados. Em primeiro lugar, analisamos a relação entre o compromisso com o partido e o exercício de cargo. A Tabela 4 apresenta o cruzamento entre essas variáveis.

⁷ Em nossa amostra, o único caso de parlamentar *incumbent* que não tem experiência eletiva no Executivo é do deputado Raimundo Sabino Castelo Branco Maues do PTB do Amazonas. Contudo, ao meio do mandato ele se candidatou ao cargo de Prefeito.

Tabela 4: Cargo na executiva do partido x Cargos de destaque na Câmara

		Exerceu cargos de destaque na Câmara				Total	
		Não		Sim			
Cargo na executiva do partido	Não	66	68,80%	30	31,30%	96	100,00%
	Sim	24	52,20%	22	47,80%	46	100,00%
Total		90	63,40%	52	36,60%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 3,682, com contagem mínima esperada de 16,85, significância estatística de 0,055 e coeficiente de contingência de 0,159.

De acordo com a Tabela 4, apenas 36,6% dos parlamentares da amostra exerceram cargo de destaque na Câmara. Destes, apenas 15,49% exerceram algum cargo no seu atual partido. O teste de qui-quadrado aponta para independência estatística entre as variáveis, portanto, tudo indica que o exercício de cargo no partido não está associado ao exercício de cargo de destaque na Câmara. No geral, apenas uma fração de 15,49% da amostra dos deputados pode ser considerada mais profissionalizada, ou seja, exerceram cargos nos dois *lôcus*.

Em seguida, procedemos a análise de correlação entre os deputados que possuem experiência política fora da Câmara e exerceram cargo de destaque na Casa. A Tabela 5 apresenta os resultados.

Tabela 5: Cargo eletivo no Executivo x Cargos de destaque na Câmara

		Exerceu cargos de destaque na Câmara				Total	
		Não		Sim			
Cargo eletivo no Executivo	Não	21	80,80%	5	19,20%	26	100,00%
	Sim	69	59,50%	47	40,50%	116	100,00%
Total		90	63,40%	52	36,60%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 4,146, com contagem mínima esperada de 9,52, significância estatística de 0,042 e coeficiente de contingência de 0,168.

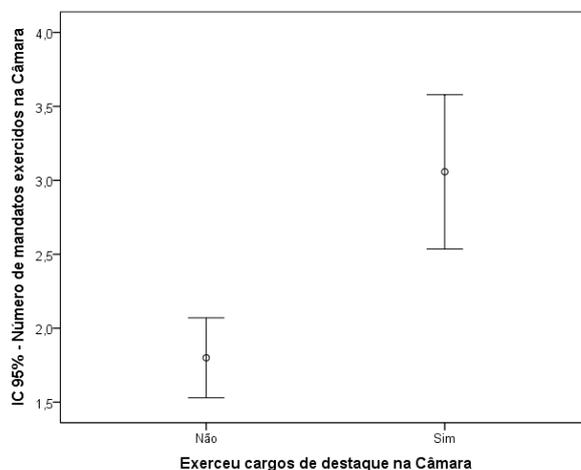
A Tabela 5 demonstra que 14,79% dos parlamentares não exerceram cargos eletivos e também não exerceram cargos de destaque. O teste de dependência aponta a dependência estatística entre as variáveis. Ao que parece, a experiência eletiva está associada ao exercício de cargo na Câmara, todavia, apenas 36,62% dos parlamentares apresentam as duas características ao mesmo tempo.

Com um intervalo de confiança para a média com nível de 95%, o Gráfico 3 apresenta a média de antiguidade na Câmara para os deputados que exerceram ou não cargos de destaque.

A maior média expressa no Gráfico 3 é relativa ao grupo de deputados que exerceram cargo de destaque na Câmara. Neste caso, é possível identificar mais claramente um grupo de deputados mais profissionalizados, pois estes possuem maior número de mandatos exercidos na Câmara e também ocuparam cargos de destaque. A média de mandatos para o grupo que exerceu cargo na amostra da 54ª Legislatura é de aproximadamente 3 mandatos, ao passo que os deputados

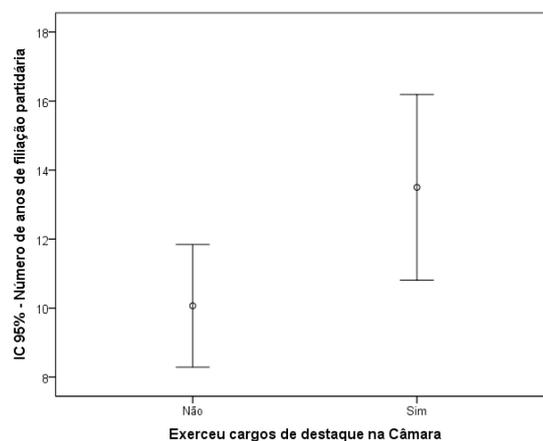
que não exerceram cargo têm uma média abaixo de duas legislaturas de experiência eletiva na Câmara.

Gráfico 3 – Barra de erros: Antiguidade na Câmara \times Destaque na Câmara.



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4 – Barra de erros: Antiguidade partidária \times Destaque na Câmara.



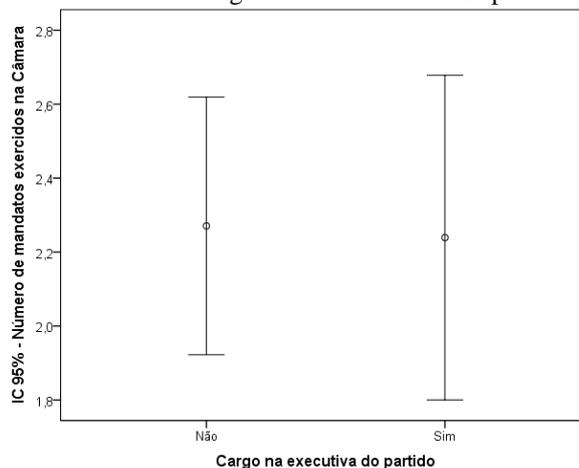
Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 4 representa a média de anos de filiação partidária para os deputados que exerceram ou não cargo de destaque na Câmara. Nele, podemos observar que a maior média pertence ao grupo dos deputados que exerceram cargo de destaque na Câmara. A média para este grupo gira em torno de 14 anos de filiação partidária; para o outro grupo, a média se situa em torno de 10 anos de filiação no partido. Portanto, o grupo que possui um número relativamente maior de deputados profissionais é aquele composto por políticos que exerceram cargos de destaque. No entanto, é possível identificar que há neste grupo uma parcela de deputados com menos de 12 anos de filiação partidária, este valor está abaixo do número máximo de anos de filiação correspondente ao grupo que não exerceu cargo.

A relação entre o grupo de deputados que exerceram ou não cargos na comissão executiva do partido com o número de mandatos exercidos por eles na Câmara está expressa no Gráfico 5. É possível

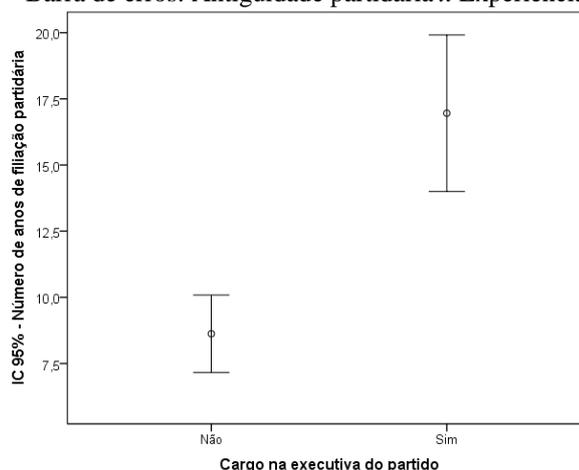
observar que a média entre os dois grupos é muito próxima, ou seja, o grupo de deputados que exerceu cargo na executiva do partido e o grupo que não exerceu não possuem diferenças quando se compara o número de mandatos exercidos por eles.

Gráfico 5 – Barra de erros: Antiguidade na Câmara x Experiência no partido.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 6 – Barra de erros: Antiguidade partidária x Experiência no partido



Fonte: Elaboração própria.

O Gráfico 6 correlaciona o número de anos de filiação partidária dos deputados federais da amostra com os grupos de parlamentares que exerceram ou não cargos na executiva do partido. É possível visualizar nele que o grupo de parlamentares que exerceram cargo na executiva do partido tem uma média de aproximadamente 16 anos de filiação partidária, número superior ao grupo dos que não exerceram cargos importantes em seus partidos, com média de aproximadamente 8,5 anos de filiação.

4.4 Análise comparada: Ambição política versus profissionalização

Anteriormente, verificamos que algumas características estão mais disseminadas que outras em meio à amostra. De qualquer forma, os cruzamentos entre as variáveis independentes deixam dúvidas sobre o efeito de cada uma delas na ambição política dos parlamentares. O objetivo agora é estimar esse

feito. Finalmente, teremos condições de saber se o nível de profissionalização tem efeito sobre a ambição.

4.4.1 Ambição versus experiência do parlamentar na Câmara dos Deputados

Este tópico testa o comportamento do parlamentar no que diz respeito à sua atuação na Câmara dos Deputados. Inicialmente, observamos se a escolha feita por deputados novatos difere da opção feita por candidatos com mais experiência na Câmara. Curiosamente, a amostra aleatoriamente selecionou uma proporção igual de casos para os diferentes tipos de ambição. A Tabela 6 resume os resultados.

Tabela 6: Tipo de ambição x Condição do parlamentar

		Tipo de Ambição				Total	
		Estática		Progressiva			
Condição do parlamentar	Desafiante	37	52,10%	37	52,10%	74	52,01%
	Incumbent	34	47,90%	34	47,90%	68	47,09%
Total		71	100,00%	71	100,00%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 0,000, com contagem mínima esperada de significância estatística de 1,00 e coeficiente de contingência de 0,000.

O teste de dependência estatística aponta para insignificância da relação entre as duas variáveis. Portanto, pode-se concluir que deputados inexperientes ou de carreiras legislativas mais longas têm praticamente a mesma chance de assumir uma ambição progressiva. Na Tabela 7, verificamos se a experiência do parlamentar no Executivo está relacionada à sua ambição política.

Tabela 7: Tipo de ambição x Cargo eletivo no Executivo

		Tipo de Ambição				Total	
		Estática		Progressiva			
Cargo eletivo no Executivo	Não	16	22,50%	10	14,10%	26	18,30%
	Sim	55	77,50%	61	85,90%	116	81,70%
Total		71	100,00%	71	100,00%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 1,695, com contagem mínima esperada de 13,00, significância estatística de 0,193 e coeficiente de contingência de 0,109.

De acordo com o resultado, apenas 14,10% dos parlamentares que acabaram assumindo uma ambição progressiva nunca exerceram outros cargos eletivos. Por outro lado, 22,50% dos parlamentares que ambicionaram permanecer na Câmara não tinham experiências eletivas anteriores. O teste de correlação indica que não há dependência estatística entre as variáveis. Em outras palavras, a experiência política parece não ser uma característica que distingue parlamentares com ambições diferentes.

A Câmara estaria menos profissionalizada se os parlamentares que ocuparam cargos de destaque na Casa resolvessem abandonar a carreira. Portanto, o cruzamento seguinte observa se ambição política e exercício de cargo na Câmara estão associados.

Tabela 8: Tipo de ambição x Cargos de destaque na Câmara

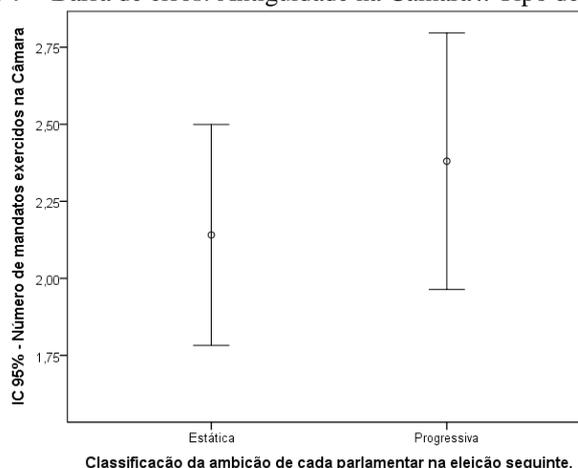
		Tipo de Ambição				Total	
		Estática		Progressiva			
Exerceu cargos de destaque	Não	49	69,00%	41	57,70%	90	63,40%
	Sim	22	31,00%	30	42,30%	52	36,60%
Total		71	100,00%	71	100,00%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 1,942, com contagem mínima esperada de 26,00, significância estatística de 0,163 e coeficiente de contingência de 0,116.

O percentual de parlamentares que não exerceu cargos na Câmara dos Deputados é maior tanto entre os que assumiram ambição progressiva quanto entre os que optaram pela ambição estática. O teste de qui-quadrado aponta a independência estatística entre as variáveis. Portanto, pode-se concluir que o exercício de cargo não influencia a escolha da carreira política do parlamentar.

Para complementar a análise sobre a relação entre experiência e ambição, o Gráfico 7 apresenta a diferença entre a média de mandatos de parlamentares com ambições distintas.

Gráfico 7 – Barra de erros: Antiguidade na Câmara x Tipo de ambição



Fonte: Elaboração própria

A comparação entre as médias de mandatos dos grupos de parlamentares com ambição distinta aponta para igualdade. Claramente, os intervalos de estimação das médias apresentam zonas de interseção. Em outros termos, é grande a chance das duas médias assumirem o mesmo valor. Em resumo, os parlamentares mais ambiciosos parecem não se diferirem dos demais quanto à experiência, seja dentro ou fora da Câmara dos Deputados.

4.4.2 Ambição política versus compromisso do parlamentar com o partido

Para concluir os testes de correlação, resta testar as variáveis relativas aos partidos. A Tabela 9 compara a ambição política com a permanência no partido.

Tabela 9: Tipo de ambição x Permaneceu no partido após eleito

		Tipo de Ambição				Total	
		Estática		Progressiva			
Mudou de partido após eleito	Não	60	84,50%	61	85,90%	121	85,20%
	Sim	11	15,50%	10	14,10%	21	14,80%
Total		71	100,00%	71	100,00%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 0,056, com contagem mínima esperada de 10,50, significância estatística de 0,813 e coeficiente de contingência de 0,020.

Independente da ambição assumida pelos parlamentares posteriormente, alguns deles mudam de partido após entrar na Câmara. A taxa de parlamentares que mudaram de partido entre os que optaram pela ambição estática é de 15,50% e entre os que optaram pela ambição progressiva é de 14,10%. O teste de qui-quadrado aponta a ausência de dependência estatística entre as variáveis. Isso significa que a mudança de partido parece não ter efeito sobre a ambição.

Finalizando a análise sobre o compromisso do parlamentar com o partido, verificamos se ambições distintas se diferem quanto ao exercício de cargo no partido e quanto ao tempo que permanece nele. A Tabela 10 e o Gráfico 8 apresentam os resultados.

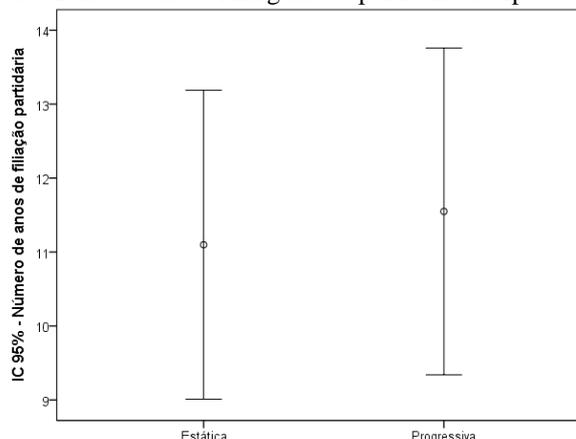
Tabela 10: Tipo de ambição x Cargo na executiva do partido

		Tipo de Ambição				Total	
		Estática		Progressiva			
Cargo na executiva do partido	Não	49	69,00%	47	66,20%	96	67,60%
	Sim	22	31,00%	24	33,80%	46	32,40%
Total		71	100,00%	71	100,00%	142	100,00%

Fonte: Elaboração própria. Valor do teste qui-quadrado: 0,129, com contagem mínima esperada de 23,00, significância estatística de 0,720 e coeficiente de contingência de 0,30.

Dos parlamentares da amostra, 69% se candidataram à reeleição e nunca exerceram cargo no partido, ao passo que 66,2% dos deputados mais ambiciosos nunca exerceram cargo em seu partido atual. O teste de associação indica que há independência estatística entre as variáveis.

Gráfico 8 – Barra de erros: Antiguidade partidária x Tipo de ambição.



Classificação da ambição de cada parlamentar na eleição seguinte.

Fonte: Elaboração própria.

De maneira similar, no Gráfico 8, a comparação entre as médias de anos no partido dos grupos de parlamentares com ambição distinta aponta uma possível igualdade. Claramente, os intervalos de estimação das médias apresentam zonas de interseção. Em suma, os parlamentares mais ambiciosos não se diferem dos demais quanto ao exercício de cargo no partido nem quanto ao tempo que permanecem nele.

4.5 Modelo de Regressão Logística

Utilizando regressão logística, fizemos uma análise discriminante de dois grupos: o grupo de deputados que assumiu ambição estática e o que assumiu ambição progressiva. Com esta técnica, o modelo prevê o tipo de ambição de acordo com as informações contidas nas variáveis independentes e aponta o grau de acerto do modelo.

Tabela 11: Tabela de classificação*

	Observado		Previsto				
			Tipo de Ambição		Porcentagem correta		
			Estática	Progressiva			
Etapa 1	Tipo de Ambição	Estática	37	52,11%	34	47,89%	52,1%
		Progressiva	27	38,03%	44	61,97%	62,0%
Porcentagem global							57,0%

Fonte: Elaboração própria. *com valor de corte de 0,500.

A partir da Tabela 11, verificamos que o percentual de acerto do modelo foi de apenas 57%. Para o caso da ambição estática, o modelo acertou em 37 dos 71 casos da amostra; para a ambição progressiva, o modelo acertou em 44 dos 71 casos. Portanto, o modelo é melhor para prever os parlamentares que assumiram ambição progressiva. No geral, podemos supor que as variáveis independentes escolhidas não foram adequadas para diferenciar os casos, o que resultou em um modelo sem significância estatística.

A Tabela 12 apresenta as variáveis incluídas na etapa de testes e aponta quais variáveis aumentam a probabilidade de o parlamentar assumir ambição progressiva e quais delas influenciam de forma contrária.

Tabela 12: Variáveis na equação

		B	S.E.	Wald	df	Sig.	Exp(B)
Etapa 1 ^a	Condição parlamentar	-,488	,453	1,158	1	,282	,614
	Experiência política	,665	,516	1,656	1	,198	1,944
	Antiguidade partidária	-,004	,024	,030	1	,864	,996
	Experiência no partido	,002	,416	,000	1	,997	1,002
	Mudou de partido	-,192	,549	,123	1	,726	,825
	Antiguidade na Câmara	,085	,140	,363	1	,547	1,088
	Destaque na Câmara	,447	,391	1,309	1	,253	1,564
	Constante	-1,023	1,132	,817	1	,366	,360

Fonte: Elaboração própria.

Precisamente, as variáveis que aumentam a probabilidade de o deputado ser mais ambicioso são: 1) Experiência política, 2) Experiência no partido, 3) Antiguidade na Câmara, 4) Cargo de destaque na Câmara. As que atuam na direção contrária são: 1) Condição do parlamentar, 2) Antiguidade partidária, 3) Mudou de partido. No geral, observamos que a maioria das variáveis que representam a experiência do parlamentar aumenta a probabilidade de ele assumir a ambição progressiva. Porém, os efeitos não apresentam significância estatística.

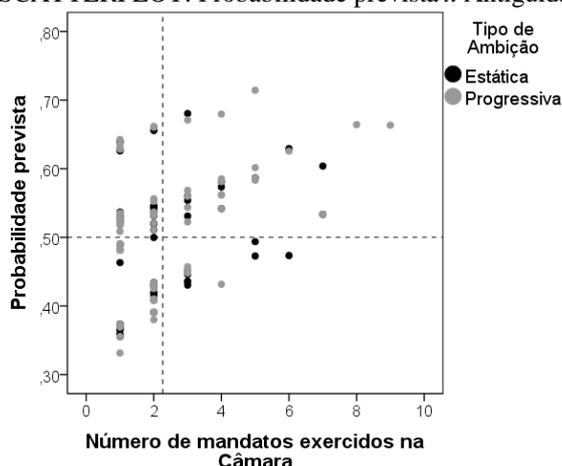
4.5.1 Considerações sobre o modelo

Esse resultado pede uma explicação sobre a capacidade explicativa de algumas variáveis individualmente. A ideia é evidenciar que o modelo reflete o comportamento semelhante de algumas variáveis nos dois grupos de parlamentares.

Para começar, os gráficos⁸ a seguir representam a relação entre a probabilidade prevista e o número de mandatos exercidos na Câmara (Gráfico 9) e a probabilidade prevista e o número de anos de filiação partidária (Gráfico 10). O ponto médio em cada um dos eixos é demarcado pela linha tracejada. Em ambos é observado que os casos estão muito dispersos. Não há uma distinção entre os grupos quando se compara a probabilidade prevista com os dados reais das variáveis. No Gráfico 9, apenas a faixa de valor ≥ 7 contém todos os casos acima da linha.

Além disso, todos os valores do eixo x (número de mandatos e número de anos) que apresentam casos acima e abaixo da linha horizontal podem ser considerados de baixa capacidade discriminatória entre grupos.

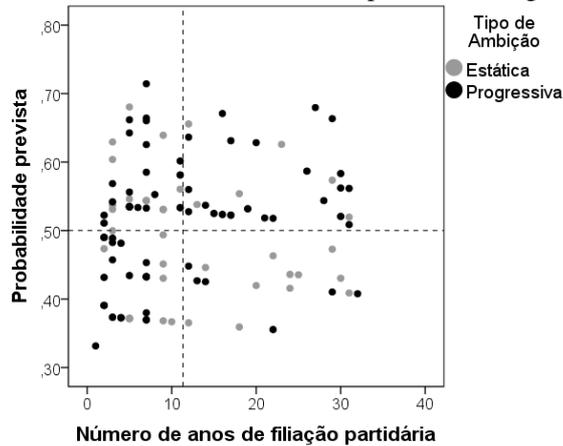
Gráfico 9 – SCATTERPLOT: Probabilidade prevista \times Antiguidade na Câmara.



Fonte: Elaboração própria.

⁸ Para ler os gráficos, a melhor maneira é guiar-se pelas linhas pontilhadas. Os casos estão marcados pela sua classificação real. Por isso, os pontos pretos abaixo da linha pontilhada horizontal (prob. < 0,5) são erros de estimação do modelo. 0,5 é ponto de corte do modelo, ou seja, todos os casos com valores acima dessa probabilidade são classificados como sucesso (ambição progressiva) sendo o contrário verdadeiro.

Gráfico 10 – SCATTERPLOT: Probabilidade prevista x Antiguidade partidária.

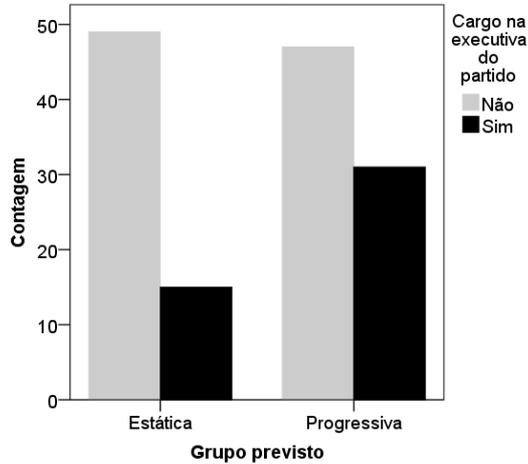


Fonte: Elaboração própria.

No caso da variável filiação partidária, praticamente todos os valores de x apresentam casos com probabilidade acima e abaixo de 0,5. É importante notar que existem casos de sucesso (ambição progressiva) acima e abaixo da média das variáveis independentes (linhas verticais pontilhadas). Juntos, esses resultados indicam que as duas variáveis são incapazes de distinguir os grupos de parlamentares.

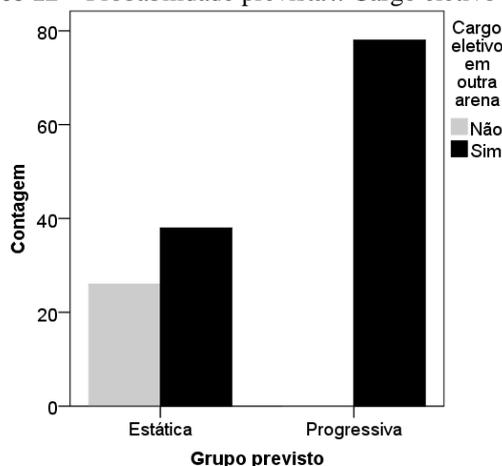
Por fim, examinamos o potencial discriminatório de duas variáveis categóricas. Os gráficos abaixo ilustram as informações.

Gráfico 11 – Probabilidade prevista x Destaque na Câmara.



Fonte: Elaboração própria.

Gráfico 12 – Probabilidade prevista x Cargo eletivo no Executivo.



Fonte: Elaboração própria.

Para entender esse Gráfico, basta observar se o comportamento das barras difere em cada tipo de ambição. Caso a variável tenha alta capacidade de distinção entre as ambições, o comportamento das barras seria o inverso em cada grupo. Como se pode observar no Gráfico 11, o não exercício de cargo na executiva do partido é a tônica nos dois tipos de ambição, embora haja um contingente maior de deputados que exerceram cargo no grupo de ambição progressiva. No caso do exercício de cargo em outra arena, Gráfico 12, o problema está entre os parlamentares que têm experiência, tanto na ambição estática quanto na progressiva eles são maioria. Juntos, esses resultados indicam que o modelo aloca parlamentares experientes nos dois grupos. Isso mostra a incapacidade de as variáveis auxiliarem o modelo a distinguir corretamente os casos.

5 Conclusão

A hipótese mais aceita pela literatura é que os deputados mais experientes não têm incentivos para permanecer na Câmara. Por exemplo, Santos (2003) acredita que normalmente os parlamentares utilizam o Poder Legislativo como trampolim para cargos mais atrativos. Portanto, esperava-se que os deputados mais comprometidos e experientes assumissem uma ambição progressiva. Os resultados apontaram que os parlamentares mais ambiciosos parecem não se diferir dos demais quanto à experiência, seja dentro ou fora da Câmara dos Deputados. De maneira similar, os parlamentares mais ambiciosos também não se diferem dos demais no exercício de cargo no partido ou no tempo que permanece nele. Portanto, o efeito esperado da profissionalização dos deputados federais sobre a ambição política assumida por eles não pode ser verificado.

A baixa significância estatística apresentada pelo modelo poderia ter sido minimizada caso a amostra fosse maior que a utilizada neste artigo. Para aumentar a amostra, seguindo o mesmo critério de igualdade de casos que adotamos, seria necessário incluir outras legislaturas, o que tornaria o modelo mais robusto. É possível que isso permitisse verificar se de fato o caminho

apontado por Santos (2003), de que o Legislativo é mais utilizado como um meio do que como um objetivo final para a carreira dos deputados, é de fato verdadeiro. Contudo, o mais provável é que as variáveis escolhidas como medida de profissionalização não são ideais para medir o nível de profissionalismo dos parlamentares. Acreditamos que a amostra de uma Legislatura foi suficiente para indicar que este não parece ser um caminho a ser seguido.

Referências

- AMES, Barry. Electoral Rules, Constituency Pressures, and Pork Barrel: Bases of Voting in the Brazilian Congress. **The Journal of Politics**, v. 57, n.4, may/aug., p. 324-343, 1995.
- BARBETTA, Pedro Alberto. **Estatística Aplicada às Ciências Sociais**. Florianópolis: 9 Ed., Editora da UFSC. 2014.
- BELL, C. G.; PRICE, C. M. Twenty Years of a Full-Time Legislature: Is It Time for Reform? **California Journal**, v. 18, aug./oct., p. 36-40, 1987.
- BLACK, G. S. A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives. **The American Political Science Review**, v. 66, n. 1, p. 144-159, mar. 1972.
- BRACE, Paul. Progressive Ambition in the House: A Probabilistic Approach. **Journal of Politics**, v. 46, n. 2, oct./dec., p.556-571, 1984.
- CARSON, Jamie. Strategy, Selection and Candidate Competition in House and Senate Elections. **The Journal of Politics**, v. 67, n. 1, Springer, p. 1-66, 2005.
- CLAPP, C. L. **The Congressman**. His Work and He Sees It. Washington: Brookings Institution. 1962.
- CUNOW, S.; AMES, B.; DESPOSATO, S.; RENNÓ, L. Reelection and Legislative Power: Surprising Results from Brazil, in: **Legislative Studies Quarterly**, v. 37, n. 4, Jan./apr., p. 533-558, 2012.
- FEREJOHN, John A. On the Decline of Competition in Congressional Elections. **American Political Science Review**, v. 71, n.3, Summer, p. 166-76, 1977.
- FROMAN, Lewis. **The Congressional Process**. Boston: Little, Brown. 1967.
- GOODLIFFE, Jay. The Effect of War Chests on Challenger Entry in U.S. House Elections. **American Journal of Political Science**, Brown, v. 45, jan./apr., p. 830-844, 2001.
- HAIR, J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E.; TATHAM, R. L. **Análise Multivariada de Dados**. 6ª ed. Porto Alegre, Bookman, 2009.
- HINCKLEY, B. The American Voter in Congressional Elections. **American Political Science Review**, v. 74, Springer, p. 641-650, 1980.
- JACOBSON, Gary C. Incumbents' Advantages in the 1978 U.S. Congressional Elections. **Legislative Studies Quarterly**, v. 6, n. 2, Summer, p. 183-200, 1981.
- JANZ, Nicole. Bringing the Gold Standard into the Classroom: Replication in University Teaching. **International Studies Perspectives**, Cambridge, v. 17, n. 4, aug./oct., p.392-407.. 2015.
- JEFFE, S. B. For Legislative Staff, Policy Takes a Back Seat to Politics. **California Journal**, v. 18, n.1, jan./apr., p. 42-45, 1987.
- KING, G. Replication, Replication. PS: **Political Science and Politics**, v.28, n. 3, aug./sep., p. 444-452. 1995.
- LEONI, E.; PEREIRA, C.; RENNÓ, L. Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 9, n. 1, out./dez., p. 44-67, 2003.

_____. Political Survival Strategies: Political Career Decisions in the Brazilian Chamber of Deputies. **Latin American Studies**, v. 36, n. 1, fev., p. 09-130, 2004.

MANCUSO, W. P.; UEHARA, C.; SBEGUE, A. C.; SAMPAIO, C. M. Determinantes dos padrões de carreira política dos deputados federais paulistas entre as legislaturas 49^a (1991-1995) e 53^a (2007-2011). **Opinião Pública**, Campinas, v. 19, n. 2, out./dez., p.430-448, 2013.

MONCRIEF, G. F. Recruitment and Retention in U.S. Legislatures. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, Summer, p. 173-208, 1999.

NICOLAU, Jairo Marconi. **Sistemas Eleitorais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 6^a ED. 2012.

NORTH, D. C. Government and the Cost of Exchange in History. **The Journal of Economic History**, New York, v. 44, n. 2, out., p. 255-264, 1984.

_____. Institutional Change and Economic Growth. **The Journal of Economic History**, New York, Mar, v. 31, n. 1, p. 118-225, 1971.

PATTERSON, S. C. Legislative Leadership and Political Ideology. **The Public Opinion Quarterly**, v. 27, n. 3, Spring, p. 399-410, 1963.

PEABODY, R. L. **Leadership in Congress: Stability, succession, and change**. Boston: Little Brown. 1976.

PEREIRA, C.; RENNO, L. Successful Re-election Strategies: The Electoral Impact of Distinct Electoral Incentives. **Electoral Studies**, v. 22, n. 3, sep., p. 425-448, 2003.

_____. "Should I Stay or Should I Go?" Explaining political ambition by electoral success in Brazil, In: **Journal of Politics in Latin America**, v. 5, n. 3, Summer, p. 73-95, 2013.

_____. O que é que o reeleito tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados. **Dados**, v. 44, n. 2, mai/ago, p.664-683, 2001.

_____. O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 27, n. 4, out./dez., p. 664-683, 2007.

POLSBY, N. A institucionalização da Câmara dos Deputados dos Estados Unidos. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, jun./ago., v. 16, n. 30, p. 221-251, 2008.

POLSBY, N.; GALLAHER, M.; RUNDQUIST. The Growth of the Seniority System in the U.S. House of Representatives. **The American Political Science Review**, Los Angeles, v. 63, n. 3, out./dez., p. 787-807, 1969.

RIKER, W. H.; ORDESHOOK, P. C. **An Introduction to Positive Political Theory**. Prentice-Hall, 1973.

ROHDE, David W. Propensão ao risco e ambição progressiva: o caso dos deputados federais nos Estados Unidos. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, s.v., n. 8, mai/ago., p. 209-236, 2012.

SAMUELS, David. **Ambition, Federalism, and Legislative Politics in Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

SAMUELS, David. The Gubernatorial Cattails Effect: Federalism and Congressional Elections in Brazil. **Journal of Politics**, v. 62, sep./dec., n. 1, p. 240-253, 2000.

SANTOS, Fabiano. **O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

SANTOS, Fabiano. Recruitment and Retention of Legislators in Brazil. **Legislative Studies Quarterly**, v. 24, n. 2, may/aug., p. 209-237, 1999.

SCHLESINGER, Joseph. Ambition and politics: political careers in the United States. **American Political Science Review**. Chicago, v.61, n. 4, sep., p.767-791, Rand McNally. 1966.

SILVA JÚNIOR, J. A.; FIGUEIREDO FILHO, D. B. Marolas ou Tsunamis? O Impacto das Ondas De Renovação. **Revista de Sociologia e Política**, v. 20, n. 42, jun./set., p. 199-212, 2012.

SQUIRE, P. Legislative Professionalization and Membership in State Legislatures. **Legislative Studies Quarterly** v. 17, may, p. 69-79, 1992.

_____. Measuring Legislative Professionalism: The Squire Index Revisited. **State Politics and Policy Quarterly**, Thousand Oaks, Summer, v. 7, n. 2, p. 211-227, 2007.

_____. Membership Turnover and the Efficient Processing of Legislation. **Legislative Studies Quarterly**, Iowa, v. 23, n. 1, feb., p. 23-32, 1998.

STOKES, D. E.; MILLER, W. E. Party Government and the Saliency of Congress. **Public Opinion Quarterly**, v. 26, oct./dec., p. 531-546, 1962.

Artigo recebido em: 20/01/2018

Artigo aceito para publicação em: 02/05/2018